

A Responsabilidade do educador



Por Céli Regina Jardim Pinto*

Qualquer atitude em relação a educação, não pode se furtar de entender o momento de grave ameaça aos princípios civilizatórios básicos, que estamos vivendo

O educação no Brasil vive hoje a mais severa e grave crise de sua história e por uma razão simples e até simplória: o ódio do governo à educação, que se expressa de diferentes maneiras: na forma absurdamente desrespeitosas do Ministro da Educação aos se dirigir aos brasileiros em geral, aos estudantes e aos professores; nos radicais cortes orçamentários para a educação, para a ciência e tecnologia; na falta absoluta de qualquer política para educação depois de um ano de governo, à exceção das assustadoras escolas cívico-militares.

Este desprezo também se expressa nas escolhas dos secretários de cultura antes um nazista, agora uma atriz decadente de extrema direita; nas formas que a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, lida com as questões concernentes a sua pasta, nos absurdos projetos de deputados governistas na Câmara Federal. Soma-se a isto, o desprezo aos livros didáticos, que o Presidente da República expõe com orgulho no portão de sua residência oficial ou na atitude de governos de estado, que se auto designaram censores da literatura disponibilizada nas escolas públicas e outros órgãos da administração. O governador do estado de Rondônia quis censurar nas escolas os clássicos da literatura, entre os brasileiros “Memórias Póstumas de Brás Cubras”, de Machado de Assis, “Os Sertões” de Euclides da Cunha, além de obras Caio Fernando Abreu, Heitor Cony e Rubens Fonseca. Entre estrangeiros proibiu os clássicos Kafka e Edgar Allan Poe. Em São Paulo, órgãos do governo estão impedindo que presidiários leiam Padura, Garcia Marques e Camus.

Poderia continuar por páginas a discorrer sobre esta obtusa forma de se relacionar com a educação do governo Bolsonaro. E não estaria errada se concluísse que estamos frente a uma catástrofe de grandes proporções. O propósito deste pequeno artigo é buscar entender o porque deste ataque frontal à educação e, posteriormente, pensar nossas responsabilidades em enfrentá-lo: Vou dividir a exposição em duas partes: na primeira estabelecerei algumas premissas do que eu entendo como os princípios do pacto que rege o capitalismo financeiro globalizado, que politicamente está deixando claro que o regime democrático, mesmo com suas limitações, já não serve aos seus interesses. Na segunda parte, farei uma reflexão, que parte da velha, e nunca respondida questão, “o que fazer”? Vou trabalhar com o conceito de responsabilidade e desta forma pretendo contribuir, a partir de uma perspectiva teórica, para pensar a questão da educação na atual crise da democracia brasileira.

I

Acompanhando o pensamento da cientista estadunidense Wendy Brown (2015) parto de uma premissa geral que no atual

momento do capitalismo financeiro, o neoliberalismo ultrapassa um programa econômico, pois, não se trata somente de desregulamentar a economia, vender os ativos públicos, abrir as portas ao capital internacional, sem nenhuma proteção. É muito mais do que isto, é colocar o estado a serviço exclusivamente dos interesses do capital, o que implica em desresponsabilizá-lo por qualquer política que promova o bem viver do conjunto dos cidadãos de um país. É nas palavras de Brown “regular a sociedade pelo mercado”. E neste cenário uma política de educação para todos não tem lugar.

O projeto em curso no chamado ocidente e suas franjas é um projeto de morte e não de vida. É um projeto onde a vida de cada um de nós e, principalmente, dos mais pobres, dos mais vulneráveis, não tem valor. No Brasil atual, pouco interessa ao governo se pobres morrem nas filas sem atendimento médico, ou que as escolas e universidades sejam para poucos. Pouco importa que o país seja um dos mais violentos do mundo, com mortes violentas só comparáveis a países em guerra civil. Afinal, os que estão nas filas do SUS, os que não entram na universidade e os que morrem vítimas da violência são sempre os mesmos; são os pobres, são os negros, são as mulheres, são os desvalidos de toda sorte. São os descartáveis.

Achille Mbembe, o brilhante antropólogo camaronense, ao concluir seu ensaio sobre a necropolítica traça um quadro muito claro deste cenário:

“a noção de necropolítica e de necropoder dá conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte” formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos- vivos”. (Mbembe, 2018, p.71)

No processo de (des) democratização todos perdem, mas perdem mais as populações consideradas desprezíveis. Judith Butler é muito enfática a este respeito, quando se refere às vidas que não são consideradas vidas, as chamadas populações perdíveis: